

# Aula 1

Gestão de Compras: Licitações

## **OBJETIVO**

---

- Conhecer o conceito, princípios, características, modalidades e tipos de licitação;
- Discutir o fracionamento de despesas;
- Apresentar as situações em que é possível a contratação direta.

**Prezado(a) Cursista,**

Neste aula, vamos apresentar noções sobre licitação, um procedimento utilizado para selecionar a proposta mais vantajosa entre os interessados em realizar obras, prestar serviços e/ou fornecer bens para a Administração Pública.

**Autor: Valdir Augusto da Silva**

### OBJETIVO

- Discutir o conceito e princípios de licitação pública.

Vamos iniciar a nossa aula com um dos conceitos básicos para o nosso curso: licitação. Podemos dizer que licitação é o procedimento administrativo formal em que a Administração Pública, mediante ato convocatório (Edital ou Convite), convoca interessados na apresentação de propostas para o oferecimento de bens ou serviços.

A licitação tem por objetivo garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de modo a assegurar igualdade de condições a todos os concorrentes, possibilitando a participação do maior número possível de interessados.

O inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal estabelece que:

“ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei das Licitações e Contratos), ao regulamentar o inciso XXI do artigo 37 da CF, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes dos Entes Federados.

Após verificarmos o conceito, será necessário compreendermos os princípios que fundamentam a licitação.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993, a celebração de contratos com terceiros na administração pública deve ser, necessariamente, precedida de licitação, ressalvadas as hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação, devendo o processo licitatório obedecer aos seguintes princípios:

Princípio	Definição
Legalidade	Os licitantes e a Administração estão vinculados às regras estabelecidas nas normas e princípios em vigor.
Isonomia	Deve-se dar tratamento igual a todos os interessados, assegurando a competição em todas as fases da licitação.
Impessoalidade	Deve-se observar nas decisões critérios objetivos previamente estabelecidos, afastando a discricionariedade e o subjetivismo.
Moralidade e da Probidade Administrativa	A conduta dos licitantes e dos agentes públicos tem de ser, além de lícita, compatível com a moral, com a ética, com os bons costumes e com as regras da boa administração.
publicidade	O acesso às licitações deve ser assegurado, mediante divulgação dos atos praticados pela Administração em todas as fases do processo licitatório.
Vinculação ao Ato Convocatório	A Administração e o licitante ficam obrigados a observarem as normas e condições estabelecidas no ato convocatório (edital, carta-convite etc).
Julgamento Objetivo	No ato convocatório, deve-se adotar critérios objetivos para o julgamento da documentação e das propostas.
Celeridade	Deve-se adotar, sempre que possível, procedimentos simplificados, evitando rigor excessivo e formalidades desnecessárias.
Competição	Deve-se buscar o maior número de competidores, evitando exigências que restrinjam o caráter competitivo da licitação.

Tabela 1 - Princípios que regem a licitação

Neste primeiro tópico, iniciamos uma discussão sobre um dos conceitos básicos do nosso curso. No próximo tópico, iremos aprofundar os nossos conhecimentos sobre licitação discutindo as suas características.

**OBJETIVO**

- Compreender as características da licitação.

Vamos iniciar a nossa aula com um questionamento: por que licitar? Baseado nos seus conhecimentos prévios, você consegue responder a esta pergunta?

No intuito de responder a nossa pergunta, vamos buscar a legislação. O artigo 2º da Lei 8.666/1993 determina que a execução de obras, a prestação de serviços e o fornecimento de bens para atendimento das necessidades públicas, as alienações, permissões e locações devem ser contratadas com terceiros, necessariamente mediante licitações públicas, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

**IMPORTANTE!**

Por que licitar?

A obrigatoriedade da Administração Pública de licitar está prevista no artigo 37, Inciso XXI da Constituição Federal. O Procedimento de licitação tem por objetivo permitir que a Administração Pública contrate com aqueles que reúnam as condições necessárias para o atendimento do interesse público, levando em consideração aspectos relacionados à capacidade técnica e econômico-financeira do licitante, à qualidade do produto e ao valor do objeto da licitação.

De acordo com a legislação, os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Distrito Federal, Estados e Municípios, subordinam-se ao regime da Lei nº 8.666/1993, portanto estão obrigados a licitar.

É interessante ressaltar que toda licitação tem início com a definição do objeto que se quer contratar. Em seguida, é necessário estimar o valor da contratação, por meio de pesquisa de preços no mercado. Faz-se necessário, ainda, verificar a existência de previsão de recursos orçamentários para o pagamento da despesa, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Definido o objeto e o valor estimado para a contratação, deve ser adotada a modalidade de licitação adequada.



SAIBA MAIS

Saiba mais sobre a Lei de responsabilidade Fiscal no endereço  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm)

Quando o objeto da licitação referir-se a bens e serviços comuns, deve-se preferir a modalidade de licitação denominada Pregão, nas suas duas formas: pregão eletrônico ou pregão presencial. Caso contrário, de acordo com o valor estimado, poderá ser utilizada qualquer das modalidades previstas na Lei de Licitações e Contratos: concorrência, tomada de preços, convite, leilão e concursos.

Agora vamos discutir outro aspecto importante do nosso assunto: os responsáveis pela licitação. Podemos dizer, baseado na legislação que regulamenta a licitação, que se consideram responsáveis pelas licitações os agentes públicos designados pela autoridade competente, mediante ato administrativo próprio (portaria, por exemplo), para integrar comissão de licitação, ser pregoeiro ou realizar licitação na modalidade convite.

A comissão de licitação é criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes e às licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite.

Essa comissão é constituída por, no mínimo, três membros, sendo pelo menos dois deles servidores qualificados, que pertencem aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

A comissão de licitação pode ser especial, quando for o caso de licitações especiais, ou permanente. A investidura dos membros das comissões permanentes não pode exceder a um ano. Quando da renovação da comissão para o período subsequente, é possível a recondução parcial desses membros. A Lei só não permite a recondução da totalidade.

No caso de pregão, o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio são designados dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação para, dentre outras atribuições, receber a proposta escrita, os lances verbais (no caso de pregão presencial) ou, por meio eletrônico; analisar a aceitabilidade da proposta e efetuar a sua classificação; habilitar o licitante e adjudicar o objeto ao vencedor.

Neste tópico, discutimos sobre as características da licitação. No próximo, iremos tratar das modalidades de licitação.

A1  
T2

### OBJETIVO

- Conhecer as modalidades de licitação;
- Discutir o fracionamento de despesa.

Para iniciar o nosso tópico, precisaremos compreender o conceito de modalidade de licitação. Podemos dizer que Modalidade de licitação é a forma específica de conduzir o processo licitatório, a partir de critérios definidos em lei. O valor estimado para a contratação é o principal fator de escolha da modalidade de licitação, exceto quando se trata do pregão, que não está limitado ao valor do objeto, e sim à sua natureza. As modalidades de licitação são exclusivamente as seguintes:

#### Concorrência

Modalidade de licitação da qual podem participar quaisquer interessados que, na fase de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução do objeto da licitação.

#### Tomada de Preços

Modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

#### Convite

É a modalidade de licitação mais simples. É realizada entre interessados do ramo pertinente ao objeto da licitação, cadastrados ou não, escolhidos e convidados pela Unidade Administrativa, em número mínimo de 3 (três). A divulgação será feita mediante afixação de cópia do instrumento convocatório (convite) em quadro de aviso do órgão ou entidade, localizado em lugar de amplo acesso.

É possível a participação no convite de interessados que não tenham sido formalmente convidados, desde que sejam cadastrados no ramo do objeto e manifestem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação da proposta

No convite, não é suficiente a obtenção de três propostas. Para que a contratação seja possível, é preciso pelo menos três propostas válidas, isto é, que atendam a todas as exigências do ato convocatório; caso contrário, a Administração deve repetir o convite.

### Concurso

É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias.

### Leilão

É a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a Administração ou produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis, prevista no artigo 19 (da Lei nº 8.666/1993), a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.

### Pregão

O pregão é uma modalidade de licitação alternativa à concorrência, tomada de preços e convite, para a contratação de bens e serviços comuns, aplicável a qualquer valor estimado da contratação.

É a modalidade em que a disputa pelo fornecimento de bens e serviços comuns é feita em sessão pública, na qual os licitantes apresentam suas propostas e disputam a contratação por meio de lances. O pregão pode ser realizado de duas formas:

**Pregão Presencial** - realizado em sessão pública na presença dos licitantes, os quais apresentam suas propostas por escrito e por lances verbais



**Pregão Eletrônico** - na forma eletrônica, a sessão pública é virtual, a distância, e utiliza recursos da tecnologia da informação. No pregão eletrônico, as propostas são enviadas pelos licitantes por meio da internet até a data e horário estabelecidos no ato convocatório. Em seguida, o pregoeiro inicia a etapa de disputa por lances, os quais também são enviados pelos licitantes por meio da internet.

O pregão foi criado pela medida provisória nº 2.026, de 4 de maio de 2000, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.555, de 8 de agosto de 2000 e convertida na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que instituiu uma nova modalidade de licitação denominada pregão.

O Governo Federal estabeleceu, por meio do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, a obrigatoriedade do pregão para a aquisição de bens e serviços comuns pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente. Os estados e municípios, em sua maioria, também adotam o pregão eletrônico como a principal modalidade de licitação.

Vimos até agora as modalidades de licitação. Para finalizar este tópico, iremos tratar da escolha das modalidades de licitação, em razão do valor, e do fracionamento de despesa. Inicialmente, podemos ressaltar que a escolha das modalidades concorrência, tomada de preços e convite é definida pelos seguintes limites de valor:

#### **I. Obras e serviços de engenharia:**

- a) Convite: contratações de valor estimado até R\$ 150.000,00;
- b) Tomada de Preços: contratações de valor estimado até R\$ 1.500.000,00;
- c) Concorrência: contratações de valor estimado acima de R\$ 1.500.000,00.

#### **II. Compras e outros serviços:**

- a) Convite: contratações de valor estimado até R\$ 80.000,00;
- b) Tomada de Preços: contratações de valor estimado até R\$ 650.000,00;
- c) Concorrência: contratações de valor estimado acima de R\$ 650.000,00.

### **FRACIONAMENTO DE DESPESA**

Quanto ao fracionamento de despesa, podemos dizer que ele ocorre quando a Administração opta por realizar várias licitações ou dispensas ao longo do exercício

financeiro para um mesmo objeto ou finalidade, sem observar a modalidade pertinente ao todo que deveria ser contratado.



#### IMPORTANTE!

É vedado o fracionamento de despesas para a adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. É importante frisar que o fracionamento se refere à despesa.

É importante ressaltar que a concorrência é a modalidade de licitação cabível qualquer que seja o valor estimado da contratação. No caso em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

No entanto, se a Administração tem conhecimento de que a aquisição de determinado objeto (por exemplo: a compra de 350 computadores, cujo valor total é estimado em R\$ 700.000,00) demandaria uma concorrência e, em vez de realizar a compra por meio desta modalidade, resolve realizar dez processos licitatórios na modalidade tomada de preço, adquirindo 35 computadores de cada vez, com valor estimado em R\$ 70.000,00, estará fracionando a despesa e praticando uma ilicitude.

O fracionamento de despesas ocorre, muitas vezes, pela falta de planejamento das contratações no exercício financeiro, que deve observar o princípio da anualidade do orçamento. O agente público não pode justificar o fracionamento de despesas quando isso for decorrente de falta de planejamento.

**OBJETIVO**

- Conhecer os tipos de licitação;
- Compreender como se processam as fases da licitação.

O tipo de licitação é o critério adotado pela Administração para seleção da proposta mais vantajosa. Não deve ser confundido com modalidade de licitação, que é o procedimento para a realização do processo licitatório.

O julgamento das propostas de uma licitação deve ser objetivo, devendo o agente público responsável pela licitação realizá-lo em conformidade com os seguintes tipos (exceto para as modalidades concurso e leilão):

<b>Tipo de Licitação</b>	<b>Definição</b>
Menor preço	Quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração é a de menor preço.
Melhor Técnica	É o critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração é escolhida com base em fatores de ordem técnica. É utilizada exclusivamente para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual.
Técnica e preço	Critério de seleção em que a proposta mais vantajosa para a Administração é escolhida com base na maior média ponderada, considerando-se as notas obtidas nas propostas de preço e de técnica. É obrigatório nas aquisições de bens e serviços de informática, nas modalidades tomadas de preços e concorrência.

Na modalidade pregão, nas suas duas formas, o único critério de julgamento estabelecido na lei é o menor preço. Justifica-se esse critério em razão da premissa básica do pregão, que é a aquisição de bens e serviços comuns. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado.

Quanto às fases do processo licitatório, podemos dizer que os atos da licitação devem desenvolver-se em sequência lógica, a partir da existência de determinada necessidade pública a ser atendida. O procedimento tem início com o planejamento e prossegue até a assinatura do instrumento contratual ou do documento correspondente, em duas fases distintas:

### Fase Interna ou Preparatória

Delimita e determina as condições do ato convocatório (edital ou convite) antes de trazê-lo ao conhecimento público. A fase interna deverá observar a seguinte sequência dos atos públicos:

- Solicitação expressa do setor requisitante interessado, com a indicação de sua necessidade;
- Aprovação da autoridade competente para início do processo licitatório, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;
- Autuação do processo correspondente, devidamente protocolizado;
- Elaboração da especificação do objeto, de forma clara e sucinta;
- Estimativa do valor da contratação, mediante comprovada pesquisa de mercado;
- Indicação dos recursos orçamentários para fazer frente a despesa;
- Verificação da adequação orçamentária e financeira, em conformidade com a lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso;
- Elaboração de projeto básico, obrigatório em caso de obras e serviços, para as modalidades de licitação convite, tomada de preços e concorrência;
- Elaboração do termo de referência, em qualquer caso, quando a modalidade for pregão;
- Definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotadas;
- Elaboração do ato convocatório, o qual tem por finalidade estabelecer as condições necessárias à participação dos licitantes, ao desenvolvimento da licitação e à futura contratação, além de estabelecer um vínculo entre os licitantes e a Administração.

O ato convocatório (edital, convite, etc ) é a lei interna das licitações, portanto deve se ter cuidado com as exigências a serem estabelecidas, pois, uma vez instituídas, devem ser cumpridas, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

No ato convocatório, deverão estar disciplinados os prazos, atos, instruções relativas a recursos, informações pertinentes ao objeto e aos procedimentos, além de outras que se façam necessárias à realização da licitação. O artigo 40, da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, estabelece as exigências mínimas que o edital deve conter.

Não existe nas normas que versam sobre a matéria nenhuma indicação de quem deve ser responsável pela elaboração das minutas dos editais e contratos. Entretanto, existe um consenso na doutrina, com fulcro no princípio da segregação das funções, de que o jurídico do órgão licitante não deve ter tal atribuição, já que, de acordo com o parágrafo único do artigo 38, da Lei 8.666/1993, as minutas dos editais de licitação, bem como dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

### Fase Externa ou Executória

A fase externa ou executória tem início com a divulgação do ato convocatório (publicação do edital ou a expedição da carta convite) e a execução do processo licitatório propriamente dito (habilitação dos licitantes, abertura e julgamento das propostas, julgamento dos recursos e impugnações, adjudicação do objeto, homologação do resultado da licitação) e se encerra com a assinatura do contrato ou a emissão de documento que o substitua.



#### IMPORTANTE!

Conforme os artigos de 28 a 31, da Lei 8.666/1993, a documentação exigida para habilitação dos interessados, pode ser classificada da seguinte forma:

- **Habilitação jurídica**, por meio do ato constitutivo, estatuto, contrato social, registro comercial, cédula de identidade;
- **Regularidade fiscal**, por meio de inscrição no CNPJ/CPF; regularidade com relação à Fazenda Federal, Estadual e Municipal, INSS e FGTS; Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- **Qualificação técnica**, por meio do Registro ou inscrição na entidade profissional competente; capacidade técnica-operacional; capacidade técnica-profissional; atestado de capacidade técnica; vistoria ou visita técnica;
- **Qualificação econômico-financeira**, por meio de balanço patrimonial e demonstrações contábeis; Garantia de participação;
- **Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da CF**, que proíbe o trabalho do menor.

Os avisos que contém os resumos dos editais das licitações deverão ser publicados pela Administração, por uma vez, com antecedência, da seguinte forma:

- No **Diário Oficial da União**, quando se tratar de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Federal e, ainda, quando se tratar de obras financiadas parcial ou totalmente com recursos federais ou garantidas por instituições federais;
- No **Diário Oficial do Estado**, ou do Distrito Federal, quando se tratar respectivamente de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou municipal, ou do Distrito Federal;
- Em **jornal diário de grande circulação** no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço, fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição;
- No caso do pregão eletrônico, o aviso de licitação também será feito, facultativamente, por **meio eletrônico** (sítio do órgão ou entidade ou do Governo).

O prazo mínimo que deverá ser cumprido pela Administração Pública, desde a publicação até o recebimento das propostas ou da realização da licitação, será de:

### I. Quarenta e cinco dias para

- a) Concurso,
- b) Concorrência, quando o contrato a ser celebrado contemplar o regime de empreitada integral ou quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço;

### II. Trinta dias para

- a) Concorrência, nos casos não especificados acima,
- b) Tomada de preços, quando a licitação for do tipo melhor técnica ou técnica e preço;

### III. Quinze dias, para tomada de preços, nos casos não especificados acima;

### IV. Cinco dias úteis para convite;

### V. Oito dias úteis para o pregão.

### OBJETIVO

- Discutir os casos em que é possível a contratação direta.

Caro aluno, até agora, apresentamos e discutimos o processo de licitação, porém é importante que você saiba que existem alguns casos excepcionais, expressamente previstos em lei, que permitem a contratação sem licitação. Esse procedimento é denominado de contratação direta, pois é realizado pela Administração sem licitação.



### IMPORTANTE!

A licitação é a regra que a Administração Pública deve seguir para a contratação de obras e serviços e para aquisição de bens. A contratação direta é uma exceção a essa regra e somente poderá ser realizada nas hipóteses previstas em lei. São os casos em que a licitação é legalmente dispensada, dispensável ou inexigível.

A contratação direta fora das hipóteses descritas na lei de licitações constitui ilícito penal. O agente público que dispensar ou não exigir licitação, sem fundamentação legal ou sem observar as formalidades pertinentes, ou aquele que, comprovadamente, tenha concorrido para a consumação da ilegalidade ou tenha-se beneficiado da dispensa ou inexigibilidade ilegal para celebrar contrato com o Poder Público, sujeitar-se-á à pena de 3 a 5 anos de detenção e multa.

### Dispensa de Licitação

No caso de dispensa, a licitação é possível, por haver possibilidade de competição, mas não é obrigatória.

O artigo 24 da Lei 8.666/1993 enumera todas as hipóteses em que a licitação é dispensável. Os incisos I e II desse artigo dispensam a licitação quando o valor do objeto não ultrapassar a 10% do limite previsto para a modalidade convite, nos casos de:

- Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a parcelas da mesma obra ou serviço, ou ainda de natureza idêntica e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
- Compras e outros serviços, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compras ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

Dentre as demais hipóteses de dispensas previstas no artigo 24 da Lei das Licitações e Contratos, merecem destaque:

- Emergência ou calamidade pública – para atender às situações em que ficar caracterizada urgência ao atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Os contratos decorrentes das contratações para atender situações de emergência ou calamidade terão vigência por no máximo 180 dias corridos. Esses contratos não poderão ser prorrogados, independentemente do prazo em que forem firmados. Se, por acaso, o contrato for firmado por noventa dias, este não poderá ser renovado por mais 90 dias;
- Propostas com preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional, ou forem incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;
- Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração.

### Inexigibilidade de Licitação

A licitação é inexigível quando há inviabilidade de competição, em especial

- Para a aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;
- Para a contratação de serviços técnicos enumerados no artigo 13 da lei 8.666/1993, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;
- Para a contratação profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.



Os processos de dispensa, com base nos incisos III e seguintes do artigo 24, da Lei 8.666/1993, ou inexigibilidade de licitação prevista no artigo 25 do mesmo diploma legal, serão instruídos, no que couber, com os seguintes elementos:

- Solicitação dos bens ou serviços com descrição clara do objeto, sua especificação e, quando se tratar de bens, a quantidade a ser adquirida;
- Justificativa da necessidade da contratação;
- Caracterização da situação de emergência ou calamidade que justifique a dispensa, quando for o caso;
- Justificativa das situações de dispensa ou inexigibilidade de licitação, com os elementos necessários à sua caracterização, conforme o caso;
- Elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços;
- Indicação da origem dos recursos para fazer face às despesas;
- Razões da escolha do fornecedor dos bens ou do executor da obra ou serviços;
- Justificativa dos preços. Anexar comprovação de pesquisa que demonstrem que os preços da contratação estão compatíveis com os praticados no mercado;
- Comprovação de regularidade fiscal do contratado, por meio de documentos originais ou cópias autenticadas;
- Declaração de exclusividade expedida pelo órgão competente nos casos de inexigibilidade;
- Pareceres técnicos ou jurídicos;
- Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa para os quais os bens foram alocados;
- Autorização do ordenador de despesa;
- Comunicação à autoridade superior, no prazo máximo de 3 (três) dias, da dispensa ou inexigibilidade;
- Ratificação e publicação da dispensa ou da inexigibilidade na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, a contar da data de recebimento do processo pela autoridade superior;
- Assinatura do contrato ou documento equivalente.

Depois dessa explanação sobre dispensa e inexigibilidade de licitação, finalizamos a nossa aula. Nela discutimos e refletimos sobre os conceitos, características, modalidades, tipos e fases da licitação. Na próxima aula, iremos tratar acerca do Termo de Referência.